

Militância e clandestinidade no Rio Grande do Sul dos anos 1960 e 1970

Deusa Maria de Sousa*
Taiara Souto Alves**

A entrevista com o ex-dirigente comunista Bruno Costa concedida a Deusa Maria de Sousa em setembro de 2011 e transcrita por Taiara Souto Alves – faz parte do projeto intitulado *Biografia dos antigos dirigentes comunistas*, coordenado pela Fundação Maurício Grabois.¹ O objetivo foi reconstruir a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) pela ótica de seus dirigentes e militantes. A autora da entrevista, Deusa Maria de Sousa, tem também relação com a história do PCdoB, pois produziu sua dissertação de mestrado (Sousa, 2006) e sua tese de doutorado (Sousa, 2011), ambas em História, sobre os envolvidos na Guerrilha do Araguaia, experiência de luta armada organizada e dirigida pelo PCdoB entre 1972 e 1974.

A militância do médico Bruno Costa mescla-se com as atividades do movimento estudantil universitário em Porto Alegre – no final da década de 1950 e início dos anos 1960 – e com a estruturação do PCdoB no Rio Grande do Sul. O ingresso na Faculdade de Medicina e o contato com o movimento estudantil universitário fizeram com que Bruno Costa se integrasse ao então Partido Comunista do Brasil (PCB) no final dos anos 1950, momento em que a agremiação estava prestes a perder sua unanimidade devido às discussões sobre a orientação que o comunismo brasileiro deveria tomar. Tais

* Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

** Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Tal projeto resultou na publicação da obra intitulada *Meu verbo é lutar: vida e pensamento de João Amazonas*, do historiador Augusto Buonicore, publicado pela Editora Anita Garibaldi em 2012.

debates eram reflexo dos novos rumos que o comunismo soviético seguiu, após as denúncias dos crimes cometidos por Stálin feitas em 1956. Discordando da conduta rotulada como revisionista, o grupo dissidente capitaneada por João Amazonas e Maurício Grabois reorganizou o partido sob a sigla PCdoB. Nesse processo, João Amazonas veio ao Rio Grande do Sul no início da década de 1960 para participar de alguns encontros e reuniões com militantes gaúchos, além de ministrar uma palestra em Porto Alegre, organizada pela Federação dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FEURGS).

Mesmo sob o clima de instabilidade política, tanto externa (relacionada aos novos rumos que a esquerda internacional estava tomando e à tensão política/ideológica ocasionada pela Guerra Fria) quanto internamente (marcada pela Campanha da Legalidade de 1961, que garantiu a posse de João Goulart e adiou por três anos o golpe militar de 1964, e pelo alarmante anticomunismo disseminado na sociedade brasileira pelos setores conservadores), o PCdoB organizou-se na capital e no interior do Rio Grande do Sul durante a primeira metade da década de 1960. Devido ao contexto político do período, esse não foi um trabalho tranquilo para os integrantes do PCdoB: evidência disso é que, ao assumir a função de dirigente do partido, Bruno Costa passou por um período de clandestinidade no ano de 1963.

A situação tornou-se ainda mais perigosa após o golpe de 1964, pois desde os primeiros dias após a deflagração, operações do tipo “arrastão” e “pente-fino”, assim como detenções temporárias, foram organizadas com o intuito de “varrer” os opositores do governo golpista. Essas foram algumas das estratégias da chamada “Operação Limpeza”, cujos alvos foram o funcionalismo público, os políticos ligados ao presidente João Goulart, os sindicalistas e os comunistas. De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1985, p. 59):

Ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida à busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam de listas previamente preparadas. O objetivo era ‘varrer’ todos os que estivessem ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964.

Cabe destacar que as estruturas repressivas dos primeiros momentos que se seguiram ao golpe de 1964 foram aprimoradas e intensificadas a partir da decretação do Ato Institucional nº 5, no ano de 1968. Isso é confirmado

na fala de Bruno Costa, quando afirma que vários integrantes do PCdoB em Porto Alegre foram presos por um período máximo de 30 dias em 1964. O entrevistado também afirma que após uma série de prisões ocorridas em 1970 – inclusive a sua –, o PCdoB foi praticamente extinto no Rio Grande do Sul.²

Pela entrevista, soubemos que Bruno Costa conviveu com três dos quatro militantes gaúchos que desapareceram durante a Guerrilha do Araguaia, quais sejam José Huberto Bronca, Paulo Mendes Rodrigues, João Carlos Haas Sobrinho e Cilon da Cunha Brum. Os três primeiros foram contemporâneos e companheiros de luta de Bruno Costa, na Porto Alegre marcada pela efervescência política das décadas de 1950 e de 1960. Por meio de pesquisa realizada anteriormente, sabemos que Bronca fez parte, em 1965, de uma das turmas que o PCdoB enviou para a China comunista, com o intuito de oferecer-lhes treinamento teórico e prático sobre táticas de guerrilha rural, nos moldes da guerra popular prolongada de Mao Tsé-Tung. Com o golpe, Bronca passou a viver clandestinamente em Porto Alegre, em locais patrocinados pelo Partido, mas desconhecidos pelos familiares. Assim, sua atividade durante esse período consistiu em manter contatos estratégicos com seus camaradas e levantar novos “pontos”;³ em abril de 1966, despediu-se da família e entrou para a clandestinidade absoluta, no estado do Rio de Janeiro, para então rumar à longínqua região do Araguaia no início de 1970.

Paulo Mendes Rodrigues militou durante grande parte de sua vida em Porto Alegre. Nascido em Cruz Alta, em 1931, saiu muito jovem do interior para morar em São Leopoldo, na região metropolitana – local em que tomou contato com o Partido Comunista. De perfil discreto, chegou a ser dirigente do Partido, condição que gozava antes do golpe de 1964. Registra-se nesse mesmo ano de 1964 sua ida – junto com outros militantes – à China para fazer os cursos teóricos e práticos de táticas de guerrilha. Foi nessa época, que Paulo Mendes Rodrigues teve contato com Bruno Costa.

Conforme constatado em pesquisas anteriores, o Araguaia, região escolhida pelo PCdoB para desenvolver a guerrilha rural, era o caminho “natural” para grande parte dos militantes comunistas, que, procurados pelos órgãos de repressão, colocavam sua vida em risco ao permanecerem nos grandes centros.⁴

2 Sobre a atuação da esquerda e a estruturação do sistema repressivo sob o enfoque da justiça militar no Rio Grande do Sul ver Alves (2009).

3 Locais onde os militantes se encontravam para troca de informações.

4 Sobre esse aspecto, ver Sousa (2011, p. 61-63).

Esse era um dos principais requisitos no duríssimo processo de seleção dos militantes: ir para a luta no campo a fim de se salvar da perseguição na cidade. Outro requisito básico era o desprendimento da vida e dos bens materiais que possuíam. Talvez isso possa explicar o grande contingente de jovens, sobretudo de casais, que se envolveram no episódio do Araguaia. Ser solteiro ou, se casado, não ter filhos eram princípios básicos para o birô político do Partido Comunista que organizou a Guerrilha. Contudo, sendo médico com certa experiência em atendimento básico, Bruno Costa tornou-se candidato promissor ao intento armado. Conforme nos revela em sua entrevista, a preocupação com a esposa e com a filha recém-nascida foi a principal razão para a recusa ao “convite” de José Huberto Bronca para que tomasse parte na luta armada.

João Carlos Haas Sobrinho, assim como Bruno Costa, era médico. Nascido em São Leopoldo, entrou na Faculdade de Medicina aos 17 anos e foi militante da AP (Ação Popular) até ingressar no PCdoB. Em 1964, Haas foi preso por sua militância política, para espanto e pavor da família. Muitos protestos foram organizados pelos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para a soltura dos presos – sobretudo Haas, que na época era presidente do Centro Acadêmico de Medicina. Haas foi deposto do cargo sob a acusação de esquerdista. Após a formatura, em 1964, saiu de Porto Alegre em direção ao Rio de Janeiro e São Paulo na condição de semiclandestinidade. Em 1966, embarcou para a China com a finalidade de participar da preparação para a guerrilha. Em 1967 chegou a Porto Franco, e de lá saiu para embrenhar-se na mata, após ter sido acusado em um jornal paulistade participar de um assalto a banco – caso controverso e nunca comprovado.⁵ Desde então, Bruno Costa não teve mais notícias dele.

Passados quase 40 anos do final da Guerrilha – e mais de 30 anos fora da militância do PCdoB –, as críticas, dores e ressentimentos resultantes da trágica experiência do Araguaia se fizeram perceber na fala de Bruno, sobretudo no que diz respeito a João Carlos Haas Sobrinho e seu precoce desaparecimento nas matas do Araguaia – como ocorreu a outros guerrilheiros, em sua maioria, jovens. É de momentos de luta, de sonhos, de mágoas e de aprendizados que a entrevista de Bruno Costa trata. Sua narrativa nos possibilita mergulhar num passado que ainda é próximo, mas imensamente diferente e marcado por transformações sociais bruscas.

5 A manchete do *Diário de Notícias* (1969) dizia: “Este médico gaúcho é um terrorista, a mãe e a irmã não podem acreditar.”

Entrevista

Deusa Maria de Sousa – Eu queria saber quando tu começaste a te interessar por política e que falasses dos primeiros contatos que tiveste com o Partido Comunista do Brasil, cuja sigla na época ainda era PCB.

Bruno Costa – Na realidade eu tenho contato com a política desde a época da adolescência. Eu sou natural de Cachoeira do Sul, que é um município que tem mais ou menos uma distância de 200 km daqui de Porto Alegre, interior. Em Cachoeira eu na realidade convivi com um grupo de operários comunistas. É que o meu pai, Nelson Costa, era um deles. Então eu estava habituado a assistir às reuniões deste grupo de comunistas de Cachoeira do Sul. E na época da ditadura getulista eu assisti à prisão do meu pai em quatro ocasiões. Então isso me levou a pensar sobre a atividade política dele e dos demais companheiros, com os quais eu tinha uma ligação afetiva muito grande.

DS – E qual foi a razão, Bruno, de tu vires pra Porto Alegre? E em que ano isso ocorreu?

BC: Isso... eu vim com 19 anos, não é? Então, nessa época em Cachoeira eu passei também a fazer militância da política estudantil secundarista. Isso tudo foi muito bom, porque me estimulou a vir pra Porto Alegre. Então eu já tinha definido que eu iria fazer Medicina. Talvez influenciado pela visão do trabalho dos médicos em Cachoeira, não é, tinha uma certa atração pela atividade médica.

DS – Foi em Porto Alegre que tu ingressaste no Partido, digamos, na militância partidária, ou já em Cachoeira fazia parte? Quando exatamente ocorreu teu ingresso na militância partidária?

BC – Eu ingressei no Partido em Porto Alegre em 1958, 1959. Então em Cachoeira eu tinha essa militância na política estudantil, e em Porto Alegre eu vim a morar na Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida, que fica na Rua Riachuelo, 1355, aqui no centro de Porto Alegre. E aí soube da história muito bonita do casal Almeida, que fez a seguinte negociação com o Estado: cinco, dez anos antes, esse casal perdeu o filho. Não,

bastante anterior a essa data. Foi em 1938 que eles perderam o único filho, que era o Aparício Cora de Almeida, que era comunista. E depois nós homenageamos o casal Almeida dando à casa o nome deste filho. Eles perderam o filho assassinado aqui. Dizem que por causa da atuação política dele contra a ditadura do Getúlio. Causas não esclarecidas, mas se difundiu essa ideia de que o mais lógico é que ele tenha sido assassinado.

DS – E eles eram comunistas?

BC – Eram um casal de comunistas. Perderam o único filho que tinham. Então quando eu vim pra Porto Alegre, fiquei impressionado com a organização da Casa do Estudante, que era administrada pelos próprios universitários, todos da UFRGS. Porque a UFRGS era a única universidade que existia na época aqui em Porto Alegre. E aí eu entrei pra Casa do Estudante entusiasmado com a organização desta casa. Eu ocupei os vários graus da hierarquia dessa organização e cheguei até à presidência da Casa do Estudante. O mandato era de um ano e em seguida, logo depois de ter feito uma boa administração na Casa do Estudante – desculpe a “modéstia” –, eu fui considerado um candidato natural... É. Natural pra presidência da FEURGS, Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul, que antecipou o que se chama Diretório Central dos Estudantes, DCE. E dessa FEURGS eu participei do mandato de um ano, que foi de 62 a 63.

DS – Fale um pouco a respeito da campanha do Lott, do Brizola, da resistência à ocupação de Cuba em abril de 61, da visita de Prestes e do choque com os padres direitistas, em maio de 61, da Campanha da Legalidade, da vinda da mãe de Che Guevara a Porto Alegre. Enfim, desses fatos...

BC – Nessa época eu já era um militante comunista. Eu já tinha sido introduzido no Partido Comunista e fazia as reuniões periódicas, e nós tínhamos vários colegas que eram também inscritos no Partido e fazíamos uma militância organizada tanto na Casa do Estudante quanto nas várias faculdades de Porto Alegre. Eu já era um militante do Partido. Depois, mais ou menos nessa época, eu não tenho preciso, assim, exatamente, qual o ano, houve a dissidência entre Partido Comunista Brasileiro e PCdoB.

DS – 61 para 62?

BC – Mais ou menos isto, né? Então, eu já estava em Porto Alegre. Foi depois que eu cheguei a Porto Alegre, já era militante e participei intensamente das discussões em torno disso e acabei optando então pelo PCdoB.

DS – E por que tua opção por essa facção que se denominou PCdoB?

BC – Porque na época havia uma grande discussão se era reforma ou revolução.

DS – Quem eram os chamados reformistas ou revolucionários? Os integrantes do Partido Comunista Brasileiro que passaram a ser chamados de reformistas, que eram dirigidos por Prestes?

BC – Isso. É que, na realidade, eram pra nós pessoas contrárias a uma revolução efetivamente que contribuísse com os objetivos de alcançar o socialismo para o Brasil. Evidentemente que na época havia muitas outras organizações, e também comunistas independentes que não se filiaram ao PCdoB. Mas um grande contingente desses que estavam no PC brasileiro passaram pro PCdoB. E aí começavam a fazer a sua atuação de acordo com o pensamento que existia na época, que era principalmente ligado ao pensamento relacionado à China. Então se faziam grandes discussões, também com relação à luta, entre os pontos de vista defendidos pela China e pela ex-União Soviética. E nessa ocasião nós participávamos ou como entidade, ou pessoalmente, de todos, literalmente de todos os movimentos que havia em Porto Alegre.

DS – Existia algum grupo com o qual os militantes tinham mais contato, um grupo que afirmava mais essa ideia de modelo revolucionário que era dirigido pela China? Existia um grupo dentro do Partido com o qual tiveste mais contato?

BC – Sim. Esse grupo era principalmente liderado pelo João Amazonas.⁶ Aqui, em Porto Alegre. Naquela época o João Amazonas estava aqui presente.

6 João Amazonas de Souza Pedroso: “Aderiu à Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, em seguida ingressou na Juventude Comunista e logo após no Partido Comunista do Brasil (PCB) [...]. Entre 1968 e 1972 participou ativamente da organização da Guerrilha do Araguaia, o principal movimento de contestação armada à ditadura militar no Brasil. Na década de 80 foi um dos poucos que se colocou contra a política adotada por Gorbachev [...]” (João Amazonas, 2007).

Eu não sei quanto tempo ele ficou aqui, mas quando eu me formei – que foi em 63, e depois fui pro interior –, eu tenho a impressão que em 63 o João Amazonas ainda estava aqui.

DS – Tu participaste de alguma reunião em que ele esteve presente, que ele dirigiu?

BC – Sim. Reunião formal, assim? Sim. É interessante que a gente se encontrava fora da reunião numa livraria da Praça da Alfândega e nós fazíamos caminhadas ali pelo centro enquanto a gente conversava sobre política. Eu me lembro que ele era uma pessoa calma, muito tranquila, ouvia muito o que a gente dizia, fazia perguntas. Eu diria que ele mais ouvia do que falava. Ele tinha uma tendência a falar pouco. Eu depois acreditei que ele era assim de propósito. Porque também eu assisti em várias ocasiões ele fazer discursos, e colocar suas posições, e tal. E aí ele não era calado, ele era uma pessoa muito lógica que sabia o que estava dizendo. Era realmente um revolucionário, né? Militante.

DS – Foi nessa época que tu conheceste Otto Alcides Ohlweiler,⁷ Lila Ripoll,⁸ João (Baptista) Aveline⁹ e outros comunistas da época?

BC – Todos eles! O Francisco Paula Dias... O Arnaldo Campos [antigos militantes pouco conhecidos] é meu amigo até hoje; eu acho que o que eu tinha mais contato, muito frequente, e depois na clandestinidade também era. Depois do golpe militar, com quem eu tinha mais contato era o Otto Alcides Ohlweiler. Ele era um intelectual.

DS – Ele tinha uma influência grande nesse meio intelectual da época?

BC – Tinha uma grande influência. Ele era um pensador. Ele era uma pessoa muito respeitada, costumava fazer conferências, não é? Então ele fazia

7 Otto Alcides Ohlweiler foi eleito deputado estadual, pelo PCB, para a 38ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de 1947 a 1951 (Heinz et al., 2005, p. 91). Era também professor do curso de Química da Universidade Federal da UFRGS.

8 Nascida em 12 de agosto de 1905, em Quaraí (RS), Lila Ripoll foi pianista e poeta de grande destaque na literatura sul-rio-grandense. Militante comunista, em 1964 foi presa, logo após o golpe militar, mas libertada em seguida devido ao seu estado de saúde. Faleceu em Porto Alegre em 1967 (Lila Ripoll, s.d.).

9 Comunista ligado ao PCB, jornalista e sindicalista; faleceu em 2005.

conferências não só com relação ao aspecto político, como também de alguns dados científicos. Por exemplo, ele escreveu um livro sobre a importância da energia nuclear. Esse eu li quando era adolescente em Cachoeira, e depois vim a conhecer aqui o autor. Eu achei muito interessante que nesse livro, digamos a primeira parte, a metade, era relacionada a uma definição de átomo, como se dava a fissão nuclear, coisas científicas relacionadas também à química. Ele era professor de química na UFRGS. E depois a outra metade referia-se exclusivamente à política. E ele, o autor, o Otto, dizia no início, lá no prefácio, que se quisesse poderia deixar essa primeira parte, e ir diretamente pra outra, que era o interesse dele, né?

DS – E funcionava, na tua opinião?

BC – Sim, funcionava. Tanto é que eu fiquei muito, muito satisfeito com a leitura do livro e depois também de conhecer o autor, e depois conviver como amigo do Otto. Depois de instituída a ditadura eu também costumava visitá-lo pelo menos uma vez por mês pra arrecadar finança. Ele era um dos que faziam, um dos que, enfim, ajudavam financeiramente o PCdoB aqui na região. Eu digo região porque nós passamos a organizar o PCdoB em todo o território do Rio Grande do Sul

DS – Tu lembras alguma coisa sobre uma palestra que o João Amazonas fez sob o patrocínio da secretaria de cultura da FEURGS em novembro de 63?

BC – [pausa] Em novembro de 63? Não, não. Eu me lembro de eventos dessa natureza que havia em grande quantidade. Por alguma razão eu não assisti isso aí, porque era exatamente o ano da minha formatura.

DS – Chegaste a ficar sabendo do evento?

BC – Sim. Acredito que tenha sido um sucesso. Porque naquela época esses temas eram repetidos, assim, muito. E nesta época em dezembro de 63 eu me formei. Aí fui convidado para fazer uma visita a Cuba. Eu fiquei do dia 20 de dezembro até início de fevereiro; visitando Cuba, por convite do governo cubano.

DS – Quando voltaste de lá, tiveste a oportunidade de conhecer mais, ou de alguma maneira melhor, o Bronca [José Huberto] e o João Carlos Haas?

BC – Sim, claro. Também. Eram meus amigos. Eram pessoas muito próximas. O Bronca, ele tem uma irmã médica, Maria Helena, com a qual eu me encontro de vez em quando...

DS – Como era a tua relação com o José Huberto Bronca?

BC – Era muito boa. Era excelente. Era tão boa que ele depois foi me procurar em Constantina, para onde eu acabei indo depois de ser procurado pela polícia; eu acabei me escondendo em Constantina, que era um município bem pequeno, devia ter uns 10 mil habitantes, no norte do estado, perto de Sarandi. Um dia me aparece o Bronca pra me convidar, pra fazer parte da guerrilha...

DS – Mas ele falou só sobre uma iniciativa do Partido de fazer um movimento armado, falou o lugar?

BC – Não. Não falou a localização, não falou. Ele era muito discreto e acredito que muito disciplinado...

DS – E o Paulo? É verdade que ele era um dirigente aqui do Partido?

BC – O Paulo era muito discreto na sua maneira de conversar. Eu nunca fiquei sabendo se ele era dirigente ou não. Eu conversava muito com ele, trocávamos ideias, tal. E depois ele desapareceu, depois eu nunca mais vi o Paulo. Provavelmente ele já tinha ido pra lá...

DS – E o João Carlos Haas, como era a tua relação com ele?

BC – Com o João Carlos eu tive uma relação muito intensa. E me sinto um pouco culpado, até, em relação à morte dele.

DS – Por quê?

BC – Pelo seguinte: o João Carlos Haas era presidente do Centro Acadêmico Sarmiento Leite, da Medicina [da UFRGS]. E nós vivíamos discutindo a respeito dessas questões políticas, entre as quais a reforma e revolução... Aí o João Carlos foi preso várias vezes depois do golpe. Ele estava no último ano de medicina, acabou se formando. Mas a gente discutia, nós discutíamos...

DS – Houve alguma movimentação da FEURGS em apoio a ele, para que ele não fosse expulso?

BC – Aí eu já não estava como presidente da FEURGS. Mas houve uma movimentação muito grande. Mas a FEURGS já não tinha aquela força política que tinha antes do golpe. Então pouco poderia ser feito pelas prisões que houve, e depois da prisão dele nunca mais tive contato com ele...

DS – Por que tu te sentes culpado?

BC – Pelo seguinte: ele era um católico fervoroso. Ele era da Ação Popular. Ele era um religioso, um católico... Era um cara muito idealista e que depois abandonou tudo isso e se tornou comunista.

DS – Mas ele teve influência de alguém? Quem foi a pessoa, o contato que o fez ir da Ação Popular para o PCdoB?

BC – Eu acho que todos tiveram influência sobre ele. Ele não era uma pessoa, assim, de se influenciar por uma pessoa só... Ele se influenciava por ideias. Então, houve uma modificação da ideia dele com relação ao próprio processo revolucionário. E ele aderiu pra valer com relação à luta armada. Tanto é que depois desapareceu o João Carlos Haas, ninguém sabia onde é que ele estava depois do golpe. E um dia, o jornal *o Estado de São Paulo* ou a *Folha de São Paulo* estampou a fotografia de vários militantes. Não me lembro se eram... eram militantes comunistas, que havia cogitação de que provavelmente ele tinha ido para algum país treinar guerrilha, e tal. Aí se soube que ele estava na China.

DS – Na época em que o Bronca te convidou para ingressar na luta armada, tu recusaste. Por quê?

BC – Eu não aceitei porque as condições do momento não eram seguras... Eu não podia abandonar a minha mulher, abandonar minha família... Eu tinha um filho, uma filha, que é essa aqui. Então, eu não poderia... E o Partido não me deu nenhuma garantia de como é que vai ficar a minha família, entendeu? Isso sucedeu depois, quando eu vim pra Porto Alegre, em que novamente se insinua esse convite. Até chegaram me dizer “O João Carlos Haas está lá

sozinho, a gente precisa de outro médico”, e tal. Eu até estava disposto, mas eu fiz a pergunta novamente: “Tá bom, mas e como fica a minha família aqui?” – “Não, pode ficar descansado, que a gente resolve esse problema”. Eu digo “Não, eu quero saber como vão resolver...”. É. Não me basta essa resposta. E aí eu fui preso aqui em Porto Alegre. Aí já era 1964...

DS – Após o golpe, Bruno, como se deu a reorganização? Porque após o golpe, o Partido ficou meio disperso. Como se deu essa reorganização para localizar pessoas?

BC – Houve muitas prisões em 64. E a polícia, a meu ver, a polícia política estava muito desorganizada. Não conhecia as pessoas, conhecia as pessoas por nome e não ligava o nome à pessoa. Então era muito interessante, porque vários companheiros foram presos aqui numa instituição e eu fui visitá-los. Enquanto que eu soube depois que estava sendo procurado. Era um negócio muito frouxo, assim, não é? Tanto é que eu acho que aquelas pessoas foram presas e depois soltas, entre os quais o Otto Alcides Ohlweiler. Não houve tortura, não houve nada. Foi uma prisão durante talvez 15 ou 30 dias.

DS – Como foi tua militância no período da ditadura? Como tu passaste a ser dirigente estadual e quais eram as tuas funções?

BC – Então em 63 eu fui procurado, não conseguiram me pegar. Eu fiquei 40 dias dentro dum apartamento de um casal de amigos aqui. Sem sair. Não! Dei umas saidinhas, mas sempre recomendado pra ter muito cuidado, e tal. É. Inclusive eu botei um bigode postiço e boné. Mas, pra meu espanto, um dia eu entrei no cinema e aí deram um convite pra minha mulher. Nos encontramos e, pra meu espanto, de repente, um amigo meu que eu tinha visto, mas fiz que não vi, me chamou pelo nome: “E daí Bruno, como é que vão as coisas?”, e tal. Aí a recomendação é que eu não saísse mais. O meu disfarce não convencia. Então eu fiquei até me conseguirem um local pra trabalhar, que foi em Constantina. Me conseguiram em três locais: em Francisco Beltrão, no Paraná; em Araguaína, no Tocantins – antigamente era Goiás.

DS – Então a queda do Partido se deu por essas prisões?

BC – Sim. A queda do Partido se deu por essas prisões todas, abalou muito o Partido porque os militantes eram um número que não era muito grande. Eu tenho a impressão que muitos abandonaram o Partido depois disso [...].

DS – Em 1971, tu foste preso... Como foi essa prisão?

BC – Essa prisão foi assim: estava se desenvolvendo relativamente bem a questão da direção. Nós tínhamos o Nelson como político profissional. Havia um intenso trabalho de contatos com o interior, nós estávamos já organizando o Partido no interior também. A prisão do Nelson ocorreu em São Paulo, depois de 71. Aí ele conseguiu sair daqui de Porto Alegre e acredito que tenha ido para São Paulo. Mas aí ele já estava enamorado de uma moça de Novo Hamburgo, não é? Eu... Sabe que o amor é uma coisa muito séria? Então eu não sei se ele foi pra São Paulo. E aí o Nelson... Eu tenho a impressão de que ele foi com essa namorada. Depois eu não soube mais da vida do Nelson. Uma vez ele me visitou aqui e me deu algumas dicas, assim, de que ele estaria na Bahia.

DS – E continuou sendo o dirigente aqui, na clandestinidade?

BC – Não, depois de 71, eu me afastei do Partido.

DS – Fala um pouco mais sobre a prisão de 1971. Onde estavas quando foste preso? Como foi a prisão?

BC – Eu estava trabalhando no hospital São Pedro, estava morando aqui na Azenha. E quando eu estou chegando – era um sábado –, duas pessoas, dois homens, me abordaram na entrada do meu prédio, perguntaram se eu era o Bruno Costa. Isso mostra mais uma vez que eles não ligavam o nome à pessoa.

DS – Pelo menos eles não sabiam, não tinham a divulgação do teu rosto...

BC – Ninguém sabia, não tinha... O que era incrível, né? Porque eu era o presidente da FEURGS e, todo mundo sabia. E aí disse que sim, eles queriam me levar em seguida. Eu disse: “Não, eu tenho que entrar e falar com a minha mulher, eu não sei o que os senhores querem”, e tal. Aí eles me disseram o que era, que tinha sido preso um militante comunista e que tinha falado o meu

nome. Mas que seria apenas pra chegar lá e averiguar, e tal, e em seguida eu voltaria. Eu sabia que tudo isso era conversa. Então eu avisei à minha mulher do que se tratava, e ela já estava sabendo, ciente de que isso poderia acontecer. Aí eles me prenderam, me levaram num fusca, e quando eu cheguei ali no Palácio da Polícia... Em seguida me botaram um capuz preto e me conduziram pra um corredor que pra mim era uma extensão muito grande! Me introduziram numa sala e em seguida eu comecei a ser interrogado.

DS – Tu foste torturado?

BC – Aí ele, esse interrogador me perguntou se eu era o Álvaro, que era meu codinome. Eu disse que eu não conhecia nenhum Álvaro. Aí ele disse “Mas tu é do PCdoB?”. Eu disse “Não, não sou do PCdoB”. Eu sou médico e não conheço ninguém do PCdoB. Bom, aí ele ficou furioso. Me deu tapa, me chamou de tudo o que tu pode imaginar, e eu fiquei indiferente àquilo. Aí eu firmei dois princípios: eu não vou dizer nada, não vou dizer nome nenhum, vou continuar dizendo que não sou do PCdoB. Porque senão ficava incoerente eu dizer que era do PCdoB e não sabia da existência de ninguém. Também pensei que sendo um dirigente regional do PCdoB, obviamente eu saberia o nome de todos que faziam a militância. Então eu não poderia; eu neguei a minha militância. E aí eles mandaram que eu retirasse a roupa, eu fiquei nu, só com o capuz. Eu imagino que seria uma figura interessante, né? E aí sim, começaram a me torturar no pau de arara. Me torturaram barbaramente. Eu fiquei, eu me lembro que foram muitas horas. Mas eu tinha 33 anos de idade, né, fazia esporte, era provavelmente mais forte do que hoje – sem dúvida...

DS – Existia, por parte do Partido, algum tipo de preparação para o caso de tu seres preso? Porque isso era um negócio que pairava... O Partido dava alguma orientação de como se comportar, no caso de alguém ser preso?

BC – A orientação era essa: não dar nomes, conseguir resistir o máximo possível – e isso era não dizer nada. Por exemplo, o Raul [Kroeff Machado] Carrion adotou uma outra estratégia...

DS – Ele foi preso nessa mesma ocasião?

BC – Também, na mesma ocasião. Comigo e outro operário, não lembro o nome, e que também foi preso. Quer dizer, a cabeça do PCdoB foi presa. Só que eles não sabiam, evidentemente, mas eles podiam deduzir, de alguma maneira. E o Raul adotou uma outra iniciativa. Ele admitiu que era do PCdoB e disse que não conhecia as pessoas. Mas chegou a falar, inclusive, no Nelson.¹⁰ Porque aí ele... eu me lembro que ele me contou que teria um encontro com essa pessoa, com a qual ele ia se encontrar, eu tenho a impressão que ali pela Redenção. E quando o Raul... e os policiais estavam ali esperando pelo Nelson; de alguma forma, o Nelson percebeu que não deveria se aproximar.

DS – Foi lá que tu ficaste sabendo da eclosão da Guerrilha do Araguaia? Dentro da prisão eles falaram alguma coisa sobre a Guerrilha? Quanto tempo tu ficaste preso, Bruno?

BC – Eu fiquei 64 dias preso. Metade aqui, metade em São Paulo, na OBA [Operação Bandeirantes]. Só dois desse grupo daqui, só dois foram levados pra São Paulo: eu e o Raul Carrion.

DS – Depois que tu foste solto, o que tu fizeste? Como foi a tua vida a partir de então?

BC – Depois que eu fui solto, fui quase convencido pelo nosso advogado, que era o Eloar Guazzelli, e que era advogado de todo o grupo. Muito bom, excelente advogado. Nós fomos acertar os honorários, tal, então disse como era o pagamento, e numa dessas ele me diz: “Olha, eu acho que tu tem que sair do Brasil. Eu disse a mesma coisa pro Raul Carrion”. Aí eu disse: “Olha, eu decidi o contrário, eu não vou sair do Rio Grande do Sul”. “Olha, mas tu pode ser morto aqui. Os caras continuam atrás de ti”. De fato. Eu ia num restaurante, por exemplo, eu olhava assim e via que tinha um policial – né, porque eu acabava conhecendo as pessoas. “É, mas não vou sair. Eu vou continuar trabalhando aqui em Porto Alegre, uma vida normal e não pretendo sair. Vou ficar aqui. Se eu for morto, vou ser morto aqui no Rio Grande do Sul e não no Chile ou em qualquer lugar”.

10 Militante comunista de quem o depoente não informou nem o sobrenome, nem outros dados.

DS – Como tu ficaste sabendo, então, da Queda da Lapa?¹¹

BC – Saiu no jornal.

DS – Tu chegaste a conhecer alguns dos dirigentes lá do eixo Rio-São Paulo? O Lincoln, o Pomar, o Danielli, o Grabois?

BC – Devo ter conhecido vários. Porque duas vezes eu fui em reunião em São Paulo. E várias vezes eles vieram ao Rio Grande do Sul, inclusive ficaram nessa minha casa. Eu não sabia o nome deles, eu não sabia. Eu sabia que eram dirigentes do PCdoB, e tal.

DS – Como foi a tua militância depois que saíste [da prisão] até hoje? Deixaste de militar? Como foi isso?

BC – Não, eu entrei pro PSB. Depois de 79 eu comecei a me movimentar novamente. Eu vinha organizando o PSB. Isso foi em mais ou menos 1990. Pro PSB junto com o Pettracco, junto com muitos outros, Glênio Argemi, muitos outros. E aí eu permaneci no PSB e houve uma transferência pro PT durante pouco tempo. Então, não tive grande militância no PT.

DS – E hoje tu não tens militância partidária?

BC – A minha militância é periférica, no sentido de que não é propriamente no Partido ou em qualquer partido, e sim no sindicato. É. A minha militância é principalmente como sindicalista.

DS – Mas tens hoje alguma afinidade com alguma organização partidária?

BC – Eu tenho uma afinidade cada vez menor com o PT, onde eu tenho grandes amigos e sou relativamente conhecido, no próprio PSB e no PCdoB.

11 Queda da Lapa (ou Massacre da Lapa, ou Chacina da Lapa) refere-se ao desmantelamento de um aparelho do Comitê Central do PCdoB (no bairro da Lapa, em São Paulo), numa operação da repressão que assassinou, entre dezembro de 1972 e março de 1973, quatro membros do Partido: Lincoln Cordeiro Oest, Carlos Nicolau Danielli, Luiz Guilhardinni e Lincoln Bicalho Roque. As versões oficiais, divulgadas pela imprensa, praticamente não apresentaram variação: tiroteio, após tentativa de fuga.

Mas não como dirigente, nem como militante, assim, assíduo, né? Eu estaria, assim, imagino como participante numa frente ampla, mais ou menos assim...

DS – Por que tu não quiseste reingressar no PCdoB?

BC – Pois é, até agora eu não me animei a ingressar, porque eu fiquei talvez com uma certa crítica em relação ao Partido devido à Guerrilha do Araguaia, que até hoje, apesar de ter feito bastante crítica sobre isso, até hoje eu fiquei... Aqueles companheiros lá poderiam ter sido afastados da região antes de serem presos e mortos.

DS – Achas que dava para ter feito isso?

BC – Isso é uma pergunta que eu sempre me faço. Porque se o Amazonas, por exemplo, conseguiu sair da região se é que ele estava na região também, não sei –, então seria possível, numa região tão extensa como aquela, mesmo a ditadura sendo concentrada ali, com serviço de informação, chegar naqueles comunistas que estavam lá e fazer com que recuassem, como se faz num movimento de guerrilha. Vai e vem. Pois é, mas essa é a crítica: eu nunca ouvi discussão. Nem do movimento de guerrilha. O movimento de guerrilha surgiu desde então como um movimento sério, com bons objetivos, e aqueles companheiros se transformaram em heróis. Mas nunca ouvi uma análise a respeito, uma análise concreta a respeito, se essa possibilidade realmente existiria de eles saírem de lá ou não. O mais provável é que não, não desse pra eles saírem, tanto que não saíram. Por outro lado, ficou nítido também que havia infiltrações. Teve companheiros que foram traidores, entre os quais é falado o José Genoíno.¹² E depois me disseram que o Genoíno já era traidor antes, antes mesmo de participar como dirigente do PCdoB. Aí eu digo, bom, então eu acho que, como é que não se sabia disso, né?

DS – Isso é muito controverso, Bruno. Porque ele lançou um livro, acho que ao passado, onde ele dá a versão dele dos fatos...

12 Refere-se à prisão de José Genoíno durante o início da Guerrilha do Araguaia, em 1972, e às acusações de que ele teria desertado e se entregado às forças oficiais de repressão à Guerrilha.

BC – Sim. Assim como o [Carlos Brillhante] Ustra¹³ também dá a versão dele. Agora tu vê o que aconteceu com o Genoíno. Ele é assessor do Ministro da Defesa. Quer dizer, um comunista, pra mim, não pode aceitar um cargo desses. Agora se ele vem “Eu sou assessor, mas continuo comunista pra ajudar o movimento...”, eu evidentemente não acreditaria nele de jeito nenhum.

DS – Tu te consideras um comunista até hoje?

BC – Sim. Comunista não é o Partido. Eu posso estar fora do Partido e continuar sendo comunista. Então eu acho que tem coisas que um comunista não pode aceitar.

DS – Anteriormente tu falaste que se sentia culpado pela morte do João. Em algum momento isso pesou? Acreditas que poderias ter feito algo, ter dito algo para ele?

BC – Isso é uma culpa entre aspas, né? Não é uma culpa. É uma culpa subjetiva! Claro. Eu não fiquei angustiado, deprimido por causa disso. Foi mais um pesar! Foi uma pena, foi uma pena... O João Carlos Haas, como o Bronca, que eram as pessoas que eu conheci, imagina aquelas outras todas... Eles não deviam ter morrido. Eles seriam de extrema utilidade hoje no Brasil. Foi uma grande perda para o Partido, para o país... Eu acho um absurdo, entendeu? Então isso modificou também a minha ideia de como um partido... isso mexeu com a minha cabeça...

DS – Isso que tu estás dizendo, Bruno, não toca um pouco naquilo que se pode dizer, que às vezes aparece um pouco no discurso de algumas pessoas, que é um sentimento de humanidade, de humanismo?

BC – Acho que sim. É bem possível. Por exemplo, se eu estou num partido que defende a pena de morte, eu saio do partido. Eu sou contra a pena

13 Carlos Alberto Brillhante Ustra (Santa Maria, 28 de julho de 1932), também conhecido pelo codinome Dr. Tibiriçá, é um coronel reformado do Exército Brasileiro, ex-chefe (de 1970 a 1974) do DOI-CODI do II Exército, um dos órgãos atuantes na repressão política, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Em 2008, Ustra se tornou o primeiro militar a ser reconhecido, pela Justiça, como torturador durante a ditadura. Embora reformado, ele continua politicamente ativo nos clubes militares, na defesa da ditadura militar e nas críticas anticomunistas.

de morte. Entendeu? Então, é tão incompatível uma coisa pra mim que é absurda e que é óbvia, que eu não posso conviver com um partido que impõe uma regra desse tipo. Embora eu ache que alguns devam morrer mesmo. Mas eu tenho que superar esse meu sentimento com relação a algumas pessoas... Eu tenho que ser coerente com o que eu penso. E a organização onde eu estou tem que ser coerente com algumas ideias básicas. A organização é contra a escravidão, por exemplo, aí de repente admite que um latifundiário tá dando dinheiro e vamos fazer de conta que ele não tem escravos trabalhando pra ele. Não, é absurdo. Isso pra mim é incompatível. Uma vez, no PSB, era eleição pra não sei quem da prefeitura municipal, e aí eu soube que um traficante de Porto Alegre estava disposto a dar dinheiro aqui para os nossos trabalhos eleitorais. Aí eu virei uma fera! Eu digo “Bom, ou traficante, ou eu” para o dirigente do PSB. Então eu saio do PSB. Não admito uma coisa desse tipo. Eu sou contra o tráfico de drogas, eu sou contra as drogas. Isso é uma convicção minha que é maior que partido. Entendeu?

DS – Bruno, uma questão pra encerrar esta entrevista. Acho que qualquer pessoa da minha geração, digamos, que encontrar contigo em qualquer lugar – seja num consultório ou em qualquer outro lugar – não pode, à primeira vista, imaginar a vida que tu tiveste nem as experiências pelas quais tu passaste. Essas experiências pelas quais atravessaste, viveste, enfim, só tu podes dizer o quanto na verdade elas foram importantes para tua vida. Elas fizeram de ti, digamos outra pessoa, outro médico, outro pai de família?

BC – Sim. Tiveram grande influência sobre a minha maneira de pensar, o meu comportamento, em ver o mundo. Eu diria que tudo de forma positiva, inclusive as coisas negativas. Me ajudou muito. Isso. Bah, me ajudou muito! Agora, se tu me perguntares assim: “Tu farias tudo o que tu fez de novo?” – faria, mas pensando melhor ainda que hoje. Entendeu? Muito. Por exemplo, na época eu já dizia pro Raul: “Tchê, mas não é possível, eu atendo como médico as pessoas do Partido”. Veio o presidente da UNE aqui falar com eles, ficou clandestino dentro de um apartamento e eu atendia o rapaz. Ia lá todos os dias. Aí eu dizia pro Raul: “Mas tchê, não parece lógico que esse é um grupo? Que é uma insegurança pro próprio Partido? As pessoas chamam o Álvaro e sabem que Álvaro é o Bruno e hoje todo mundo sabe que Bruno e Álvaro são a mesma pessoa. Não tá errado isso?” Estava frágil, estava inseguro. “Ah, sim, mas como nós vamos resolver?” – e passou um tempo, aquela história.

DS – E depois se deram as quedas e depois as mortes...

BC – Claro! Então estava errado. É uma outra crítica que eu tenho. Não, eu não podia, o Bruno não podia também ter militância no PCdoB. Não podia, estava errado.

DS – Como o João Carlos Haas é visto na categoria dos médicos?

BC – Como um herói. Como um herói... Houve tantas mudanças, e lá a placa estava fixada no Centro Acadêmico Sarmiento Leite, que era ali perto da Redenção. Aí o Centro Acadêmico mudou lá pro Hospital de Clínicas. E nós fizemos a recomendação de que tinha que levar aquela placa, porque não podia ficar ali, já que não era centro acadêmico. Nos fizeram a promessa de que iam levar pra lá. Agora, sinceramente, nunca averigui se tá lá mesmo ou não, no Centro Acadêmico Sarmiento Leite atual. Mas acredito que sim, acho.

DS – Eu fiz a minha dissertação de mestrado sobre os quatro gaúchos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia...

BC – Mas que bom. Então tu sabes tudo o que eu estou te dizendo...

DS – [risos] Sim, um pouco, e sempre estamos a aprender algo. Muito obrigado pela entrevista.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ALVES, Taíara Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. 164 p. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.

AMAZONAS, João. *30 anos de confronto ideológico: marxismo x revisionismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

ARNS, Dom Paulo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

HEINZ, Flávio M. et al. *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: Corag, 2005.

JOÃO Amazonas. 2007. Disponível em: <<http://www2.cddc.vt.edu/marxists/portugues/amazonas/index.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

LILA Ripoll. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=lila>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

SOUSA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. 283 p. Dissertação (Mestrado em História) –Unisinos, São Leopoldo, RS, 2006.

_____. *Lágrima e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. 233 p. Tese (Doutorado em História Cultural) –UFSC, Florianópolis, SC, 2011.

UM COMUNISTA por conta por conta própria. [s.d.]. Disponível em: <http://www.coletiva.net/site/perfil_detalhe.php?idPerfil=114>. Acesso em: 13 nov. 2013.

Resumo: Realizada em setembro de 2011, no âmbito do projeto *Biografia dos antigos dirigentes comunistas* – coordenado pela Fundação Maurício Grabois –, esta entrevista com Bruno Costa explora a sua trajetória de militância e clandestinidade. O depoimento apresenta uma visão ampla e sensível da vida e das dificuldades que viveram dirigentes e outros militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no Rio Grande do Sul durante as décadas de 1960 e 1970. São enfocados o processo de reorganização do PCdoB em 1962, a deflagração do golpe de 1964, a clandestinidade, as prisões e o afastamento partidário do entrevistado após a Anistia.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil, ditadura, clandestinidade, Guerrilha do Araguaia, Anistia.

Militancy and clandestinity in Rio Grande do Sul in the 1960s and 1970s

Abstract: The interview presents the militancy and clandestine trajectory of Bruno Costa. It was held in September 2011, under the project *Biography of former communist leaders*, coordinated by the Maurício Grabois Foundation. His statement provides a broad and sensitive view of the lives and the difficulties experienced by leaders and militants of the Communist Party of Brazil (PCdoB) in Rio Grande do Sul in the 1960s and 1970s. It focuses on the reorganization of PCdoB in 1962, the outbreak of the 1964 coup d'état, clandestinity, the arrests and the interviewers' estrangement from the party after the Amnesty.

Keywords: Communist Party of Brazil, dictatorship, clandestinity, Araguaia Guerrilla, Amnesty.

Recebido em 05/10/2013

Aprovado em 21/11/2013